

Título do capítulo	CAPITULO 3 O SURGIMENTO DE GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS EFEITOS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO
Autor(es)	Gerson Carvalho Benia
DOI	DOI: http://dx.doi.org/ 10.38116/978-65-5635-015-8cap3

Título do livro	Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: uma análise das políticas de defesa da concorrência
Organizadores(as)	Guilherme Mendes Resende Nilo Luiz Saccaro Júnior Mário Jorge Mendonça
Volume	5
Série	Avaliação de Políticas Públicas no Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1a
ISBN	978-65-5635-015-8
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-015-8

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea-2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O SURGIMENTO DE GRANDES GRUPOS EMPRESARIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS EFEITOS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO^{1,2}

Gerson Carvalho Bênia³

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade dos anos 1990, as instituições de educação superior privadas (IESPs) iniciaram um movimento de mudanças institucionais, visando aproveitar oportunidades geradas pela nova regulação do setor, cuja premissa é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996), e pelo reaquecimento da demanda por cursos superiores.

Nos anos 2000, algumas IESPs, já atuando no modelo empresarial, que passou a ser permitido na década anterior, cresceram mediante a profissionalização da sua gestão, da captação de recursos financeiros de fundos de investimentos nacionais e estrangeiros e da abertura de capital na bolsa de valores. Esses recursos impulsionaram um movimento de fusões e aquisições de IESPs que se constitui na principal estratégia de expansão das grandes empresas do setor para atingir novos mercados no país. Tais empresas constituem verdadeiros conglomerados, com atuação, além da educação superior, em segmentos como sistemas de educação, edição de livros didáticos e cursos profissionalizantes e de idiomas. Recentemente, começaram a se expandir para os ensinos fundamental e médio, por meio da mesma estratégia de aquisição de instituições já estabelecidas no mercado.

Essa transformação na estrutura de oferta da educação superior privada produz efeitos econômicos e sociais. O aumento do poder de mercado das grandes empresas pode influenciar os preços das mensalidades, assim como afetar as condições de emprego de professores e outros profissionais de educação, além de refletir na qualidade da educação ofertada aos estudantes.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-015-8cap3>

2. Este texto é parte da dissertação para obtenção do título de mestre, no mestrado profissional de políticas públicas e desenvolvimento do Ipea. A versão completa da dissertação está disponível em: <<http://ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/gerson-carvalho-benia.pdf>>.

3. Especialista em políticas públicas e gestão governamental, atuando no Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A questão investigada neste capítulo é, justamente, se os grandes grupos empresariais de educação superior – que têm adquirido dezenas de instituições em todo o país, tornando-se dominantes no mercado e os maiores captadores de recursos públicos de programas destinados à expansão da educação superior – melhoram a qualidade da educação ofertada aos estudantes de graduação daquelas instituições por eles adquiridas.

Para atingir esse objetivo, a avaliação dos efeitos das fusões e aquisições de empresas no mercado de educação acerca da qualidade do ensino terá como objeto os indicadores de qualidade da educação superior obtidos por cursos de graduação das IESPs adquiridas pelas empresas de capital aberto desse mercado:⁴ Estácio Participações S/A, Kroton Educacional S/A, Ser Educacional S/A e Anhanguera Educacional S/A.⁵

Especificamente, utiliza-se o método de diferenças em diferenças (DD) para estimar o efeito que a compra de uma instituição de ensino superior por um dos grandes grupos econômicos referidos produz nos indicadores da avaliação da educação superior dessas instituições adquiridas, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Adicionalmente, utiliza-se o pareamento por escore de propensão (*propensity score matching* – PSM), com o intuito de obter o grupo de controle a ser utilizado na estimação de DD.

Além desta introdução, este capítulo apresenta, na seção 2, uma revisão teórica que aborda as mudanças estruturais no mercado de educação superior e os estudos recentes que discutiram os efeitos dessas mudanças. Na seção 3, descrevem-se a base de dados e a metodologia utilizada na estimação dos efeitos. Na seção 4, especificam-se os procedimentos econométricos para estimação dos efeitos das mudanças nas administrações das instituições de ensino e retratam-se os resultados obtidos; e, finalmente, na seção 5, apresentam-se as considerações finais a respeito da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem e estratégias de crescimento das instituições de educação privadas com fins lucrativos

Após um período de estagnação vivido no final da década de 1980 e início dos anos 1990, com o esgotamento do movimento que explodira na década anterior, a demanda por educação superior volta a crescer em seguida à estabilização da

4. Nesse caso, consideram-se somente as empresas com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil.

5. A Anhanguera Educacional foi adquirida pela Kroton Educacional, em 2014. Porém, no período abordado nesta pesquisa, era uma empresa independente. A Ânima Educação (GAEC Educação S/A) também tem ações negociadas na bolsa de valores, mas não há registro de que tenha participado de fusão ou aquisição de instituição de ensino superior no período de 2010 a 2012.

economia e ao grande aumento do número de concluintes do ensino médio, que passou de 993 mil, em 1994, para 2,234 milhões em 2000 (Schwartzman e Schwartzman, 2002, p. 19). Nesse período, as IESPs iniciaram um movimento de mudanças institucionais, visando aproveitar oportunidades geradas pela nova regulação do setor, cuja premissa é a LDB (Lei nº 9.394/1996), e pelo reaquecimento da demanda por cursos superiores.

Quatro movimentos iniciais de expansão se destacam (Sampaio, 2011), como se pode ver a seguir.

- Transformação das IESPs em universidades – a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu art. 207 (Brasil, 1988), garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, o que permitiu ao setor privado eximir-se de parte do controle estatal, principalmente no que concerne à criação e extinção de cursos e ajustamento da quantidade de vagas oferecidas. Posteriormente, com a edição do Decreto nº 2.306/1997, esse movimento direcionou-se para a figura dos centros universitários, que gozam de semelhante autonomia, mas exigem menor investimento em pesquisa, extensão e quantitativo de titulação do corpo docente do que as universidades (Queiroz *et al.*, 2013).
- Desconcentração regional – as IESPs de maior porte começaram a expandir suas áreas de atuação. Houve, nos anos 1990, um maior crescimento no número de matrículas nas regiões Norte e Centro-Oeste que em outras regiões do país, tradicionalmente com maior oferta de educação superior.
- Interiorização das instituições – verificou-se, no mesmo período, uma expansão do número de matrículas maior nas regiões interioranas em relação às capitais.
- Aumento da oferta de cursos – destaca-se, nesse contexto, a chamada “fragmentação de carreiras”. Visando aumentar a atratividade para os alunos e expandir a demanda, as IESPs, aquelas que gozavam de autonomia, transformaram em cursos superiores independentes o que antes eram apenas habilitações específicas ou disciplinas de carreiras tradicionais.

Um marco importante na evolução da educação superior privada, nessa época, foi a possibilidade de as instituições mantenedoras das IESPs assumirem uma natureza comercial (Decreto nº 2.306/1997, art. 1^a), o que permitiu que aumentassem a escala de ganhos com a atividade educacional.

Tal perspectiva gerou a necessidade de as IESPs profissionalizarem sua gestão, recorrendo à contratação de consultores externos – profissionais com experiência no setor, com bom trânsito com órgãos públicos e privados e sem vínculo com os

proprietários das instituições. Inicialmente, trabalharam para adequar as IESPs ao novo marco regulatório, notadamente na área acadêmica, e houve a criação de novos cursos, programas de pós-graduação, projetos de extensão, composição do quadro docente etc. Posteriormente, outros profissionais foram agregados a fim de atender às áreas de finanças, *marketing* e tecnologia da informação (Sampaio, 2011, p. 32).

Na primeira metade dos anos 2000, entretanto, a educação superior privada, que respondia por quase 70% das matrículas e 85% dos estabelecimentos, passou a enfrentar taxas declinantes de crescimento e um aumento do percentual de capacidade ociosa, ou seja, vagas ofertadas e não preenchidas.

As instituições continuaram apostando nas estratégias de expansão para outras regiões e interiorização. Ao mesmo tempo, novos “produtos” foram criados visando aquecer a demanda (Sampaio, 2011, p. 37): *i*) surgiram cursos superiores para ofícios que antes não demandavam formação superior, a exemplo de gastronomia e moda – cursos com forte apelo comercial e associados ao consumo de luxo; *ii*) houve uma expansão da oferta de cursos de pós-graduação; e *iii*) verificou-se um aumento extraordinário da oferta de cursos a distância.

Outra tendência recente no mercado de educação superior privada foi a capitalização dos grupos empresariais do setor via abertura de capital na bolsa de valores e aporte de capital de fundos de investimentos privados nacionais e estrangeiros. Os fundos de investimento em participação (*private equity*) têm por objetivo a aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e outros títulos e valores mobiliários de companhias abertas ou fechadas.⁶

A participação dos fundos de investimento não se resume ao aporte de capital. Eles também têm influência direta em decisões estratégicas das empresas investidas. Assim, apesar de os investimentos nas empresas muitas vezes serem de caráter minoritário, os fundos têm como prática assegurar o controle de gestão a fim de obter as melhorias no negócio anteriormente mencionadas. É comum a elaboração de acordos de acionistas, os quais estabelecem cláusulas para garantir ao fundo o direito de indicar profissionais para posições de diretoria e conselho administrativo. Isso faz com que o controle executivo da empresa investida esteja também nas mãos do fundo de *private equity* (Pitol, 2012).

6. Tais fundos têm sua atuação regulada pela Instrução nº 391/2003 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No modelo de *private equity*, investidores institucionais ou *limited partners* possuem recursos e buscam investimentos que possam trazer retornos maximizados em relação aos riscos que estão dispostos a incorrer. *General partners* (GPs) são os fundos de investimento que funcionam como intermediadores entre empreendedores que necessitam de recursos financeiros para iniciar suas operações, conduzir planos de crescimento ou novos projetos que demandam importe de capital e investidores institucionais que buscam oportunidades de altos retornos e estão dispostos a incorrer nos riscos presentes nesse veículo de investimento.

Os fundos de investimento têm ou tiveram participação nos principais grupos empresariais do mercado de educação superior, que lideraram o processo de fusões e aquisições: o fundo Pátria (brasileiro) atuou no processo de expansão da Anhanguera; a Laureate possui participação do fundo norte-americano KKR; a Estácio dispõe de investimentos do fundo GP, de origem brasileira; o fundo Advent (de origem norte-americana) foi um dos controladores do grupo Kroton durante seu período de expansão; o fundo Actis, de origem britânica, detém participação societária na Cruzeiro do Sul; e a Ânima Educação conta com investimentos do fundo brasileiro BR Educacional (Cade, 2016a).

A abertura de capital e captação de investimentos em bolsa de valores também é uma das estratégias de atuação dos fundos de investimento em participações, que direcionam sua participação na gestão da empresa visando adequá-la às exigências do mercado de capitais. Atualmente, quatro empresas de ensino superior são listadas na bolsa de valores brasileira: Estácio Participações S/A, Kroton Educacional S/A, GAEC Educação S/A (Ânima) e Ser Educacional S/A.

Outro importante fator para a expansão das empresas privadas de educação superior no país foram os programas de financiamento do governo federal destinados a estudantes de baixa renda, especialmente o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2014, os contratos do Fies e as bolsas do ProUni eram responsáveis por 51,7% das matrículas em cursos presenciais na rede privada de ensino superior (Corbucci, Kubota e Meira, 2016).

No caso do Fies, que respondia por 40% das matrículas em 2014, o risco de inadimplência era assegurado pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), composto por recursos do Tesouro Nacional e parte dos títulos transferidos pelo Fies às instituições participantes. Assim, uma parcela expressiva da receita ficava garantida pelas IESPs, considerando o peso dos contratos Fies sobre o total de matrículas.⁷

A capitalização desses grupos foi decisiva para o seu crescimento, que se deu especialmente via fusões e aquisições de outras instituições de educação privadas. O movimento no setor se tornou significativo a partir do segundo semestre de 2007, e atingiu seu auge no período de 2011 a 2013. Os grupos que mais se destacaram, pela quantidade de operações, foram Kroton, Anhanguera, Estácio, Laureate, Ânima e Cruzeiro do Sul (Cade, 2016a).

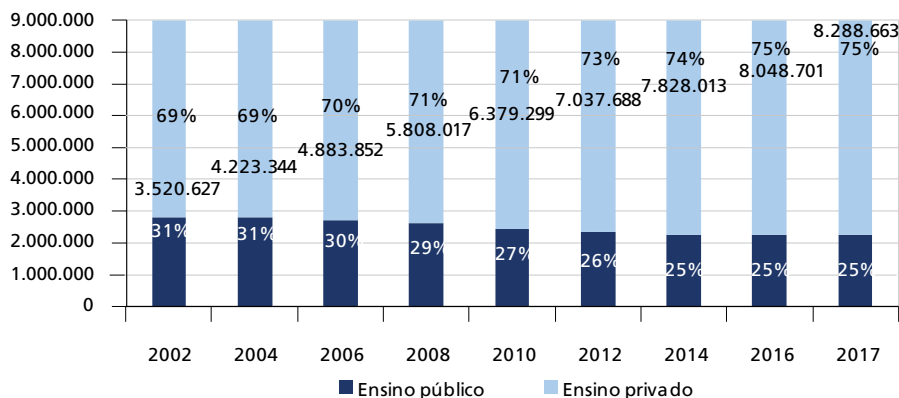
7. Em 2017, foram alteradas algumas regras do Fies, sendo criado o Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), em substituição ao FGEDUC, com o mesmo objetivo de garantir o crédito do programa. A União pode investir no FG-Fies, mas o fundo será mantido pelas instituições de ensino participantes para quem a adesão é obrigatória, as quais deverão fazer aportes proporcionais à sua taxa de inadimplência.

A evolução da educação superior privada brasileira configura um fenômeno multifacetado de financeirização – com a captação de capital por meio dos fundos de *private equity* e da abertura de capital das empresas –, de internacionalização – com a participação cada vez mais intensa do investimento estrangeiro nas empresas de educação –, e de oligopolização – que se configura na liderança do mercado por um pequeno grupo de grandes empresas realmente competitivas e atuantes em todo o território nacional, que convivem com uma franja de inúmeras instituições de pequeno porte, com atuação apenas local ou regional (Carvalho, 2013, p. 773).

2.2 Os gigantes do ensino superior privado

Nos anos 2000, o número de estudantes matriculados nos cursos de educação superior mais que dobrou, chegando a 8,28 milhões de estudantes. Mantendo a tendência das décadas anteriores, as matrículas nas instituições privadas continuaram a se expandir até chegar a 75% do total de matrícula no país, em 2014, percentual que se manteve nos anos seguintes (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Evolução das matrículas nos cursos de graduação (2002-2017)



Fonte: Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>.

Concomitantemente a essa expansão do número de matrículas, houve um crescimento ainda maior dos grandes grupos econômicos de educação superior, conforme descrito na subseção anterior. Em 2017, havia 2.152 IESPs, com 6,24 milhões de alunos (Inep, 2018a). Nesse ano, as dez maiores IESPs respondiam por 42,2% do total de alunos matriculados no setor privado, grupo formado pelas destacadas lideranças da Kroton (13,5%), Estácio (7,10%) e Unip (6,71%).⁸

8. Conforme dados da consultoria Hoper Educação, disponíveis em: <<https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Essa concentração tem impacto sobre diferentes áreas de atuação da administração pública. Um efeito imediato é percebido na área econômica. No mercado de educação superior, após algumas dezenas de fusões e aquisições, o Cade começou a impor restrições para aprovar operações que geravam excessiva concentração em determinados mercados. A situação-limite ocorreu em junho de 2017, quando o conselho não aprovou a fusão entre a empresa líder do setor Kroton e a vice-líder Estácio.

O processo de concentração de empresas de educação superior também está intimamente ligado a dois programas do governo federal: o ProUni, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em IESP; e o Fies, que se destina a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Esses programas se inserem nas estratégias para atingir a meta de democratização do acesso à educação superior prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, objetivo mantido e ampliado no atual PNE 2014-2024, na sua meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público” (Brasil, 2014).

A adesão a esses programas foi fundamental para a expansão dos grandes grupos econômicos de educação superior. O ProUni proporcionou a essas empresas vantagens fiscais que haviam sido perdidas quando se tornaram instituições com fins lucrativos: isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (Carvalho, 2017).

O Fies, por sua vez, garantia a demanda por educação superior ao mesmo tempo que reduzia o risco de inadimplência dos alunos para as IESPs. No auge do programa, em 2014, o número de contratos de financiamento superou 700 mil, com as maiores empresas de ensino superior tendo mais de 40% das suas matrículas vinculadas ao programa público de financiamento – a líder Kroton superou os 60%. Entretanto, a reforma do regulamento do programa, em 2015, em função do alto índice de inadimplência e da crise fiscal, reduziu drasticamente o número de contratos, afetando de maneira significativa o desempenho econômico-financeiro das empresas (Koike, 2018).

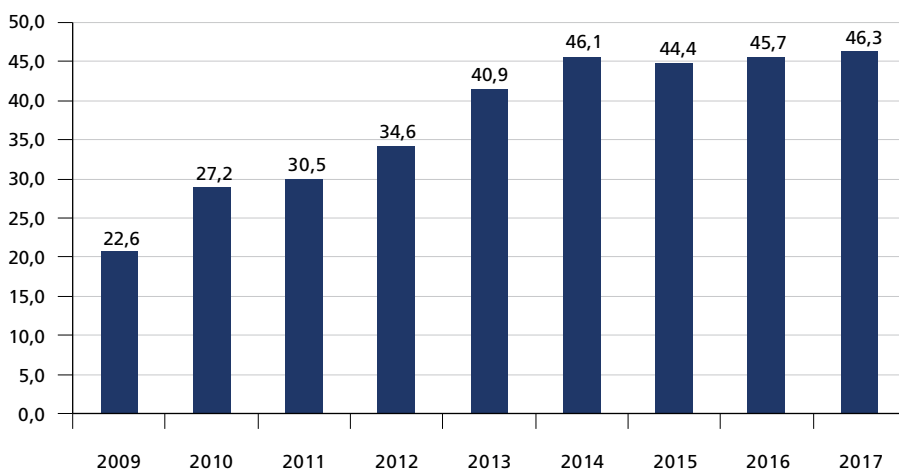
Ao mesmo tempo que ajudou a alavancar a expansão das grandes empresas de educação privada no Brasil, o Fies (em conjunto com o ProUni) representou um enorme custo para os cofres públicos. Um estudo do então Ministério da

Fazenda estimou que o custo anual do programa saltou de R\$ 1,900 bilhão, em 2011, para R\$ 32,261 bilhões, em 2017 (Brasil, 2017).

Apesar da redução da participação do Fies, os sistemas de financiamento/bolsa continuam fundamentais para as atividades das IESPs. No período de 2009 a 2014, o percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento ou bolsa mais que dobrou, chegando a 46,1%, patamar que se manteve até 2017 (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Matrículas nas IESPs com algum tipo de financiamento/bolsa
(Em %)



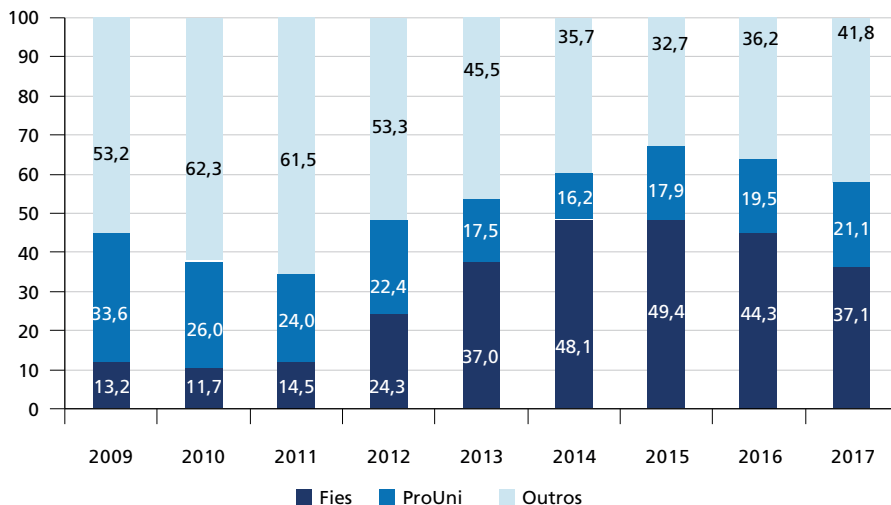
Fonte: Inep (2018a, p. 24).

Segundo dados do Inep referentes a 2017, esse montante se distribui majoritariamente entre o Fies e o ProUni, que respondem por 58,2% das matrículas com algum tipo de financiamento ou bolsa na rede privada, ficando o restante para outras fontes de financiamento, como financiamentos municipais ou estaduais, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies),⁹ a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (Cebas)¹⁰ e programas de financiamento das próprias instituições de ensino privadas (gráfico 3).

9. O Proies, criado pela Lei nº 12.688/2012, permite que instituições particulares de ensino renegociem suas dívidas tributárias com o governo federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo, ao longo de quinze anos, reduzindo assim o pagamento em espécie a 10% do total devido.

10. O Cebas é um certificado concedido pelo governo federal às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde. Um dos requisitos para que uma instituição de ensino obtenha o certificado é apresentar um plano de atendimento com concessão de bolsas, bem como de ações assistenciais e programas de apoio aos alunos bolsistas.

GRÁFICO 3
Distribuição de matrículas das IESPs, segundo o tipo de financiamento (Em %)



Fonte: Inep (2018a, p. 24).

2.3 Avaliação de efeitos de fusões e aquisições de empresas

A estratégia de expansão dominante dos grandes grupos de educação superior é a aquisição de outras instituições já estabelecidas no mercado, o que se mostrou um caminho mais rápido e seguro para que grandes empresas passassem a operar em novos mercados nas diferentes regiões do país. A aquisição de uma instituição que já conta com um razoável patrimônio (instalações físicas, alunos e recursos humanos) é um processo mais rápido que o chamado crescimento orgânico, em que a empresa teria que enfrentar todo o processo de instalação no novo mercado: encontrar área disponível, obter licenças, construir prédios, adquirir equipamentos, contratar empregados, angariar estudantes etc. É também um processo que envolve menos risco, pois o grupo comprador parte de uma base instalada tendo apenas que adaptar a empresa adquirida ao seu modelo de gestão do negócio, tanto do ponto de vista administrativo quanto educacional.

Motis (2007, p. 11-16) elenca diferentes motivos apontados pela teoria econômica para que as empresas invistam na estratégia de fusões e aquisições de outras empresas, conforme resumido a seguir.

- Ganhos de eficiência – são eficiências técnicas obtidas pela combinação da capacidade produtiva das empresas reunidas pela fusão, como os casos de ganhos derivados de economias de escala e de escopo.

- Ganhos de sinergia – ganhos adquiridos pela reunião de recursos das empresas envolvidas na fusão que vão além das eficiências técnicas, por exemplo, transferência de conhecimento e tecnologia, investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- Reduções de custos – podem ser obtidas pela realocação da produção em unidades que operem com menor custo marginal, pelo aumento do poder de compra (possibilita negociar em melhores condições com fornecedores), e pela possibilidade de obtenção de menores taxas de juros por empresas de grande porte.
- Aumento de poder de mercado – corresponde à capacidade de uma firma ou grupo de firmas aumentar preços acima do nível de concorrência perfeita, excluir competidores ou criar barreiras à entrada de novas firmas no mercado.
- Estratégia de prevenção ou defesa – trata-se de comprar ou se associar a um competidor do mercado a fim de evitar que outras firmas concorrentes ou potenciais competidoras venham a fazê-lo.

Possíveis efeitos positivos de uma fusão de empresas sobre a qualidade de produtos e serviços podem surgir de maiores incentivos e recursos para a atividade de pesquisa e desenvolvimento. O resultado são novos e mais eficientes processos de produção ou produtos e serviços inovadores; ou, ainda, pela transmissão de *know-how* quando uma das empresas envolvidas apresenta capacidade técnica ou gerencial superior à outra, e esta passa a adotar os conhecimentos da firma de capacidade superior; ou quando as firmas envolvidas na fusão apresentam capacidades ou ativos complementares e ambas podem se beneficiar da união desses recursos (Röller, Stannek e Verboven, 2000, p. 17-18).

Fusões e aquisições são analisadas por autoridades de defesa da concorrência na maioria dos países para aferir o resultado líquido entre um possível aumento de poder de mercado das empresas e eventuais benefícios para o bem-estar dos consumidores. Elas reconhecem que as fusões de empresas podem gerar benefícios para os consumidores, visto que conseguem aumentar a capacidade de uma empresa competir em um mercado oligopolizado, acarretando reduções de preços e ampliando a qualidade e a inovação de produtos e serviços. Por sua vez, dão especial atenção a questões que podem reduzir o grau de competição dos mercados mediante a eliminação de um concorrente eficiente e inovador, elevação de barreiras à entrada, controle de insumos essenciais para o mercado, elevação de custos para empresas rivais, entre outras.

As fusões e aquisições de empresas de educação superior no Brasil são analisadas pelo Cade. Embora a maioria das suas avaliações enfoque efeitos de

fusões de empresas sobre preços, os possíveis impactos (positivos ou negativos) sobre a qualidade de bens e serviços são também considerados (Cade, 2016b, p. 8).

Quando as empresas de educação procuram demonstrar ao Cade que a aquisição de um concorrente não produzirá redução das condições de concorrência no mercado e poderá também se reverter em benefícios para os seus consumidores (estudantes), elas alegam em primeiro lugar ganhos econômicos derivados de economias de escala e diminuição de custos, que poderão resultar em reduções ou, pelo menos, não elevação de preços.

É comum também alegarem que haverá melhoria da qualidade dos produtos ou serviços prestados mediante a transferência de metodologia de ensino mais avançada e melhores recursos técnicos e humanos disponibilizados pela empresa compradora. Assim manifestou-se a Kroton, no documento de apresentação da operação de aquisição da Anhanguera (Cade, 2014, p. 16, v. 1). Posteriormente, em 2016, quando da apresentação ao Cade da operação de fusão entre Kroton e Estácio, as empresas repetiram os argumentos (Cade, 2016c):

III. 5. Descreva a justificativa econômica e/ou estratégica para a operação.

(...)

A combinação dos negócios das partes gerará, ainda, importantes ganhos de sinergias, sendo certo que a captação dessas sinergias possibilitará o incremento de investimentos na qualidade dos serviços educacionais das companhias, bem como levará cursos de educação superior de qualidade à parcela da população que ainda não tem acesso a esse serviço. Nesse sentido, a operação está totalmente alinhada com a meta do governo federal e das diretrizes estabelecidas na lei que instituiu o PNE (Formulário de apresentação da fusão Kroton/Estácio ao Cade – Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56, p. 27).

2.4 O conceito de qualidade na educação superior

Qualidade em educação superior é um conceito em disputa, ou seja, não há um consenso a respeito do tema e o seu significado varia conforme a concepção dos diferentes *stakeholders* que interferem no processo educacional. Para um cientista dedicado à área de educação, qualidade da educação superior significa gerar um fluxo estável de pessoas com elevada inteligência e comprometimento com o aprendizado, que irá continuar o processo de transmissão e ampliação de conhecimentos. Para o governo, um sistema de educação de alta qualidade é o que produz profissionais (cientistas, engenheiros, médicos etc.) com qualificação e na quantidade desejada pela sociedade. Os empresários, por sua vez, considerarão uma instituição de educação de alta qualidade aquela que forma graduados com flexibilidade e capacidade de adquirir novas habilidades e se adaptar a outros métodos e necessidades do mundo profissional (Reynolds, 1990 *apud* Tam, 2001, p. 47).

O conceito de qualidade da educação superior é fundamental na delimitação do escopo desta pesquisa, que, neste caso, refere-se aos atributos medidos pelo sistema oficial de avaliação da educação superior – o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), e a operacionalização é de responsabilidade do Inep.

Os indicadores de qualidade são obtidos com base no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e em outras informações constantes das bases de dados do Ministério da Educação (MEC), segundo metodologia própria aprovada pela Conaes. Os resultados se dividem em três frentes: *i*) cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC); *ii*) instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); e *iii*) desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Enade e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

Os indicadores de qualidade são expressos em escala contínua e em cinco níveis, nos quais os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Eles servem como orientadores das avaliações *in loco* do ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de análise da educação superior brasileira.¹¹

O Sinaes, contudo, não é uma unanimidade. Burlamaqui (2008, p. 147) destaca a possibilidade de as instituições passarem a agir no sentido de se adequar aos critérios considerados nos indicadores enviesando os resultados das avaliações subsequentes. Pimenta (2013, p. 1938) apresentou uma pesquisa na qual os gestores de cursos de ensino superior consideram os resultados dos indicadores mais como orientadores da gestão e menos como representativos da qualidade efetiva dos cursos.

Esse problema pode ser relacionado com uma característica do Sinaes, que busca articular duas dimensões que, se não são excludentes, frequentemente se chocam em seus objetivos: avaliação, que consiste no levantamento de informações sobre o processo educacional visando à tomada de decisões para melhorar sua qualidade futura; e regulação, que trata do controle do cumprimento de regras e requisitos mínimos de qualidade definidos *a priori* pelo agente público (Verhine, 2015, p. 603).

Para Ribeiro (2015, p. 158), as instituições educacionais preocupam-se mais em atingir os parâmetros regulatórios e, pelo lado do governo, em virtude da dificuldade de se fazer avaliação *in loco* de milhares de instituições, prevalece a

11. Para uma visão detalhada da metodologia de cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior, ver notas técnicas nºs 16, 17, 18 e 19/2018/CGQES/DAES do Inep. Disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/documentos-e-legislacao16>>.

facilidade da construção de índices e conceitos, de forma que no contexto geral do Sinaes a dimensão de regulação sobrepuja a dimensão de avaliação, que tem a função de induzir a melhoria de qualidade da educação superior.

Peixoto (2011, p. 32) questiona a capacidade de os indicadores com resultados que variam em notas de 1 a 5 avaliarem adequadamente instituições com características e objetivos diferentes, como aquelas que investem e preparam alunos para pesquisa científica e as que visam unicamente qualificar profissionais para o mercado de trabalho. Nessa mesma linha, Camargo (2010), esposando um ponto de vista das IESPs, defende a inclusão de critérios como empregabilidade, atuação na comunidade e indicadores de empreendedorismo.

Mesmo considerando o debate acerca da melhor forma de medir qualidade e as críticas feitas a algumas limitações do Sinaes, esta pesquisa parte dos indicadores de avaliação do sistema oficial para inferir a respeito dos efeitos da mudança estrutural no mercado de ensino superior sobre a qualidade do ensino. Trata-se de instrumentos que apresentam certo grau de constância metodológica e contêm dados de um período de tempo que engloba o fenômeno estudado.

2.5 Efeitos da atuação dos grandes grupos econômicos de ensino

Embora o processo de surgimento e expansão das grandes empresas de ensino superior estar bem documentado e analisado em diversos estudos acadêmicos, os efeitos desse fenômeno ainda estão longe de ser completamente identificados e avaliados.

As pesquisas realizadas até o momento podem ser agrupadas da seguinte forma: um grupo de estudos que avalia efeitos econômicos das fusões e aquisições de IESPs (emprego, utilização de recursos de programas públicos de financiamento da atividade educacional e desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de educação); e outro grupo de estudos que procura avaliar efeitos acerca da qualidade do ensino prestado pelas empresas envolvidas em fusões e aquisições de instituições de ensino.

2.5.1 Avaliações de efeitos econômicos

Analisando efeitos sobre emprego e matrículas em IESPs que passaram por processos de fusão ou aquisição no período de 2009 a 2014 (independentemente do tamanho das empresas envolvidas), Ribeiro (2016) identificou uma redução no número de docentes, após o processo de mudança de mantenedora da IESP, sem, entretanto, verificar o mesmo efeito sobre os demais empregados. O número de matrículas também diminuiu após a fusão, o que manteve a relação aluno/professor em níveis similares aos observados em IESPs que não tiveram troca de mantenedora.

Com base nos dados do Censo da Educação Superior, no período de 2010 a 2014, Corbucci, Kubota e Meira (2016) identificaram redução de 7,1% no número de professores nas IESPs sem fins lucrativos e aumento de 19,1% nas IESPs com fins lucrativos. Contudo, esse crescimento foi muito inferior ao crescimento do número de matrículas (41%), o que resultou em um aumento da relação aluno/professor da ordem de 9,0% nas IESPs sem fins lucrativos e de 18,5% nas IESPs com fins lucrativos.¹²

Em relação ao aumento do número de professores nas IESPs com fins lucrativos, os autores detalham que

apesar de ter sido ampliada a participação de mestres e doutores no universo de vínculos docentes no período 2010-2014, de 54% para 62%, houve ligeira redução da proporção destes profissionais em regime de tempo integral (...). Cabe lembrar que este regime de trabalho é o que favorece o envolvimento do docente com a pesquisa e/ou extensão (Corbucci, Kubota e Meira, 2016, p. 23).¹³

Outro resultado desse trabalho diz respeito ao financiamento público, por intermédio do Fies e do ProUni, das matrículas no ensino superior privado. No período de 2010 a 2014, o número de matrículas em cursos de graduação presenciais nas IESPs cresceu 17% e o número de bolsistas do ProUni e de contratos do Fies aumentou 304,9%. São indicações de uma migração expressiva de alunos que pagavam suas mensalidades com recursos próprios (ou com financiamentos privados) para os programas de financiamento público, o que diminui o risco de inadimplência para as IESPs e demonstra a importância dos programas para a expansão e a manutenção das matrículas no setor privado.

Com o objetivo de avaliar a *performance* econômico-financeira das empresas do setor e do ensino superior privado que ofertam ensino a distância, Gambirage *et al.* (2017) comparam os resultados de uma instituição que adotou a estratégia de crescimento orgânico, isto é, expandir sua atuação com a implantação de novas unidades de ensino próprias (Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul) com outra que optou crescer mediante fusões e aquisições (Kroton). O resultado é amplamente favorável à estratégia da Kroton, cujos indicadores de desempenho superam os da Unisul com folga: dados de 2014, por exemplo, mostraram que o custo por estudante na Unisul era 172% superior ao da Kroton, e, enquanto os custos totais da Unisul representavam 67,93% do seu faturamento, essa relação na Kroton era de 50,25%.

12. Não se pode afirmar, no entanto, que há uma contradição com os resultados encontrados por Ribeiro (2016), uma vez que naquele caso avaliou-se os efeitos sobre IESPs que passaram pelo processo de troca de mantenedora (por meio de fusão ou aquisição de instituições), enquanto Corbucci, Kubota e Meira (2016) analisaram a variação de dados estatísticos de todas as IESPs pesquisadas no Censo da Educação Superior.

13. Os autores também demonstram um aumento significativo do número de professores em regime de tempo parcial e redução da quantidade de horistas.

2.5.2 Avaliações de efeitos sobre qualidade do ensino

Em relação a efeitos sobre qualidade, Silva e Sauaia (2014) encontraram uma relação negativa entre evasão de alunos e qualidade do ensino ofertado pelas IESPs – a qualidade, neste estudo, é representada pelo IGC. Para os autores, essa relação indica que a evasão de alunos, e a queda de receitas, faz com que as IESPs reduzam seus investimentos em ativos específicos (qualidade do corpo docente e estrutura do curso), o que impacta negativamente a avaliação de qualidade do ensino ofertado.

Garcia (2014) avaliou o efeito da aquisição de IESPs por redes educacionais privadas. Os resultados foram de efeitos positivos para o CPC, especialmente para os componentes de percentual de professores doutores e regime de dedicação parcial ou integral dos docentes. Entretanto, para o desempenho dos estudantes nas provas do Enade, também componente do CPC, não foram encontrados efeitos significativos. A autora sugere que esse efeito pode vir a ser sentido com um maior período de tempo da instituição sob a nova direção do grupo adquirente, o que não pode ser captado pelos dados disponíveis.

Nessa direção, Setter Filho (2014) pesquisou se o tempo decorrido após uma aquisição de uma IESP por um grande grupo educacional (no caso, Anhanguera, Kroton e Estácio) influencia os resultados do conceito específico Enade dos cursos da instituição adquirida. O autor encontrou “tênuos” efeitos significativos para prazos a partir de 48 meses da aquisição da instituição de ensino, e credita tal efeito ao fato de que “em aquisições horizontais sucessivas, efetivadas por uma mesma organização consolidadora, existirá uma curva de aprendizado que propiciará efeitos positivos de transferência causados pela semelhança entre as diversas empresas adquiridas” (Setter Filho, 2014, p. 46).

Spolavori (2016) também busca estimar efeitos das fusões e aquisições de IESPs pelos grupos educacionais de capital aberto sobre o desempenho acadêmico, tomando como base dados dos cursos de administração, direito e pedagogia. Não foram encontrados efeitos significativos a respeito do CPC e do IGC nos três cursos analisados. Em relação aos percentuais de professores mestres e doutores, somente o curso de administração teve efeito positivo e significativo no aumento da proporção de mestres. Os cursos de administração e pedagogia apresentaram efeito positivo e significativo para aumento da proporção de doutores.

Esses resultados indicam que as aquisições que ocorreram no mercado de ensino superior privado no Brasil não refletiram efeito na qualidade e no desempenho acadêmico no período estudado (2008 a 2014), exceto por medidas de curto prazo, como a contratação de mestres e doutores, embora esse efeito tenha sido observado de forma parcial (Spolavori, 2016, p. 60).

3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

3.1 Base de dados

As informações sobre fusões e aquisições de empresas no mercado de educação superior foram obtidas de registros do Cade e de relatórios e informes de fatos relevantes publicados pelas empresas do setor na CVM e na bolsa de valores BM&F Bovespa, abrangendo o período de 2010 a 2014. Em que pese o fato de o movimento de fusões e aquisições ter começado alguns anos antes, a opção por restringir os dados da base a esse período se deve à necessidade de se ter períodos anteriores e posteriores suficientes para identificar variações de tendências nos resultados das variáveis de interesse.

Assim, dados sobre IESPs adquiridas pelos grandes grupos econômicos nos períodos anteriores a 2010 e posteriores a 2014 foram excluídos da base. Da mesma forma, IESPs adquiridas por outros grupos econômicos de capital fechado (por exemplo, Laureate, Devry, Cruzeiro do Sul) também foram excluídas da base de dados.

A principal fonte de informações da educação superior é o Inep, que disponibiliza diversos bancos de dados sobre o setor: Censo da Educação Superior, conceito Enade, CPC, IGC e IDD.

Embora haja uma grande quantidade de informações publicadas pelo Inep, esta pesquisa demandou um esforço de tratamento dessas bases de dados para compor um painel com as variáveis necessárias, uma vez que há informações em uma base que não estão em outras, ou mesmo troca de nomes de variáveis de um ano para outro e variáveis quantitativas em grandezas diferentes. Também há que se considerar um acréscimo ou uma retirada de variáveis ao longo dos anos e, em alguns casos, mudança na forma de computar os dados.

Adicionalmente, foram utilizados dados sobre população, produto interno bruto (PIB) e PIB *per capita* de municípios usados para o processo de pareamento e como variáveis de controle na estimação de DD. Tais informações foram obtidas de bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2 Metodologia de estimação dos efeitos

Os efeitos sobre a qualidade da educação prestada, decorrentes da substituição da gestão das IESPs após sua aquisição por um dos grandes grupos econômicos do mercado de educação superior, foram estimados pelo método de DD, associado com PSM.

3.2.1 DD

Tipo de método quase experimental, ou seja, é um método que não parte da seleção aleatória dos elementos que recebem determinado tratamento, mas que a partir de algumas hipóteses tenta evidenciar o efeito causal desse tratamento (programa, política pública, mudança institucional etc.).

O método DD compara as mudanças nos resultados ao longo do tempo entre o grupo de tratamento e o grupo de controle (Gertler *et al.*, 2018, p. 144). Especificamente, é baseado no cálculo de uma dupla subtração: a primeira se refere à diferença das médias da variável de resultado entre os períodos anterior e posterior ao programa, para o grupo de tratamento e para o de controle; e a segunda se refere à diferença da primeira diferença calculada entre esses dois grupos (Foguel, 2016, p. 112).

Wooldridge (2010, p. 148) formaliza o conceito nos seguintes termos:

$$\widehat{\delta} = (\bar{y}_{B,2} - \bar{y}_{B,1}) - (\bar{y}_{A,2} - \bar{y}_{A,1}) \quad (1)$$

Em que $\widehat{\delta}$ é a estimativa do efeito do tratamento a partir de DD, \bar{y} é a média da variável de interesse para cada período (2, para depois do tratamento; 1, para antes do tratamento) e para cada grupo (em que B é o grupo de tratamento e A é o grupo de controle).

O método DD considera as seguintes hipóteses básicas (Foguel, 2016, p. 105):

- na ausência de tratamento, a evolução da variável de interesse para o grupo de controle apresenta a mesma tendência de evolução verificada para o grupo de tratamento;
- a composição dos grupos de tratamento e controle não altera de forma significativa os períodos anterior e posterior ao tratamento; e
- os grupos de tratamento e de controle não são afetados de forma heterogênea por mudanças de qualquer natureza (exceto o próprio tratamento) no período após o tratamento.

Esse conjunto de hipóteses garante que a diferença verificada entre os dois grupos após o tratamento seja efetivamente um efeito dessa intervenção.

A principal vantagem do método é que ao comparar tendências entre grupos de tratamento e de controle, subtraindo-se o resultado de antes da intervenção do resultado obtido depois da intervenção, anulam-se os efeitos das características únicas e invariáveis no tempo de cada indivíduo. Nesse contexto, anulam-se também os efeitos de características não observáveis que poderiam afetar a inclusão de um indivíduo no grupo tratado, enviesando a estimação dos efeitos do tratamento.

3.2.2 PSM

Conforme Gertler *et al.* (2018, p. 159), o “pareamento utiliza, essencialmente, técnicas estatísticas para criar um grupo de comparação artificial. Para cada possível unidade do grupo de tratamento, procura encontrar uma unidade de não tratamento (ou conjunto de unidades de não tratamento) que possua as características mais semelhantes possíveis”.

O objetivo do método é estimar o efeito médio do tratamento sobre o grupo de indivíduos tratados, considerando a hipótese de que o conjunto de variáveis observáveis contém todas as informações acerca do resultado potencial na ausência do tratamento que o indivíduo possui ao decidir se participará ou não do tratamento. Dessa forma, quando se comparam indivíduos do grupo de tratamento com indivíduos do grupo de controle, que possuem as mesmas características observáveis, o único aspecto que diferencia os resultados observados é o fato de ter sido submetido ou não ao tratamento (Foguel, 2016, p. 128).

O PSM é um método de pareamento em que, a partir das características de controle (variáveis explicativas) observáveis antes do tratamento, calcula-se a probabilidade de cada indivíduo ser submetido ao tratamento. Com base nessas probabilidades, esses indivíduos são pareados com outros que não foram tratados e têm probabilidades (scores de propensão) próximas. A diferença média entre os resultados do grupo tratado e os do grupo não tratado é a estimativa do efeito do tratamento.

Nesta pesquisa, entretanto, o PSM foi utilizado somente com o intuito de gerar um grupo de controle para a estimação de impacto do tratamento por meio de DD. No caso de dados em painel, a combinação de pareamento – neste trabalho, o PSM – com DD permite o relaxamento da hipótese básica para sua utilização de forma individual, que é a necessidade de que o conjunto de variáveis independentes observáveis antes do tratamento contenha todos os fatores determinantes da decisão de o indivíduo participar ou não do tratamento. Como visto na subseção anterior, o método DD, por lidar com tendência ao longo do tempo, anula os efeitos de características não observáveis que sejam constantes no tempo.

3.2.3 Da aplicabilidade da metodologia a este estudo

Com base na descrição dos dados a serem utilizados e na descrição das metodologias, é possível elencar as justificativas para o uso combinado de DD e PSM para estimar os efeitos de fusões de empresas sobre a qualidade da educação superior ofertada.

1. Os métodos são apropriados para a estimação com dados em painel, que é o caso da base de dados utilizada nesta pesquisa.

2. DD e PSM são metodologias desenvolvidas para avaliação de impacto de programas ou intervenções em que a participação dos indivíduos não se dá de forma aleatória, isto é, tratam dos chamados quase experimentos. Efetivamente, há fatores como localização, quantidade de alunos matriculados e renda dos habitantes dos municípios que influenciam a decisão de um grande grupo econômico adquirir uma instituição de ensino (Garcia, 2014).
3. Ambos os métodos são indicados a fim de estimar efeitos de tratamentos para os quais não há, ou pelo menos não se conhece, um critério claro de seleção de quem irá participar. Conforme explicado no item anterior, há fatores que influenciam a decisão de aquisição, porém não se pode definir *a priori* uma regra que determine qual IESP será adquirida por um grande grupo econômico.
4. A estimação DD de grupos de tratamento e de controle definidos a partir de um suporte comum mediante a aplicação do PSM aumenta a segurança de que as tendências dos resultados dos dois grupos, antes do tratamento, sejam semelhantes.
5. A estimação DD anula efeitos de características não observáveis constantes ao longo do tempo que podem afetar a decisão de participar do tratamento, eliminando um risco de viés com que se pode defrontar ao se aplicar o PSM individualmente.
6. A complementaridade dos métodos, conforme os itens 4 e 5, conferirá maior robustez aos resultados das estimativas sobre os efeitos de fusões de empresas no mercado de educação superior.

3.3 Variáveis de interesse

Os efeitos da aquisição de IESPs por grandes grupos econômicos do setor de educação são medidos pela estimação da variação de alguns indicadores de qualidade publicados pelo Inep nos períodos anteriores e posteriores às aquisições das instituições de ensino. Esses indicadores (variáveis de interesse) são os seguintes:

- CPC – o impacto sobre o CPC será estimado para a totalidade das IESPs da base de dados; portanto, o resultado esperado será o efeito médio do tratamento sobre o CPC, considerando todas as instituições de ensino e todos os cursos da base pareada, além da avaliação específica por curso;
- nota bruta de formação geral – corresponde à média das notas dos alunos de determinada instituição nas questões do Enade, referentes ao componente de formação geral, aplicadas a todos os estudantes, independentemente do curso;

- nota bruta de conhecimentos específicos – corresponde à média das notas dos alunos de determinada instituição nas questões do Enade, relativas ao componente específico do exame, sobre temas próprios do curso em que o estudante está matriculado;
- nota bruta de doutores – corresponde ao percentual de integrantes do corpo docente da instituição de ensino com título de doutor; e
- nota bruta de mestres – corresponde ao percentual de integrantes do corpo docente da instituição de ensino com título de mestre.

As variáveis de interesse, portanto, incluem o indicador de qualidade dos cursos de graduação (CPC) e alguns dos seus componentes relativos aos conhecimentos adquiridos pelos estudantes e à composição do corpo docente dos cursos avaliados. Em relação aos conhecimentos dos estudantes, optou-se pelas notas brutas de cada componente do Enade (componentes específico e de formação geral), porque representam diretamente o desempenho dos estudantes em um curso de determinada instituição. O conceito Enade, por sua vez, representa uma média ponderada dos escores padronizados das duas componentes do exame em relação à média nacional do curso. Assim, as notas brutas permitem uma comparação direta dos resultados de um mesmo curso de uma instituição em anos diferentes. O conceito IDD não foi utilizado, porque para os anos anteriores aos períodos de aquisições de IESPs considerados nesta pesquisa há somente as notas padronizadas divulgadas nas bases de dados do CPC, além de esse indicador ter passado por mudança de metodologia no período.¹⁴

Em relação ao corpo docente, foram escolhidas as notas brutas referentes à participação de mestres e doutores em relação ao total de professores de determinado curso. Não se considerou necessário avaliar efeitos sobre a variável regime de trabalho dos professores (tempo integral ou parcial), visto que tem peso inferior à nota de doutores e igual à de mestres no cálculo do CPC. Além disso, estudos vêm demonstrando que essa variável tem comportamento semelhante ao das notas de doutores e mestres.¹⁵

Vale destacar que os dados referentes aos percentuais de mestres, doutores e regime de trabalho do corpo docente são de origem autodeclaratória, isto é,

14. A partir de 2014, o cálculo do IDD passou a considerar as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Enade de um mesmo aluno. Nos anos anteriores, o indicador era medido com base nas participações de alunos ingressantes e concluintes de um curso de graduação no Enade.

15. Corbucci, Kubota e Meira (2016) apontam para aumentos significativos das proporções de mestres, doutores e professores em regime de trabalho parcial ou integral nas IESPs; Rachid (2018) mostra dados comparativos semelhantes para 2007 e 2017: aumento da participação de doutores na rede privada e, também, aumento de professores em regime integral ou parcial, associando o fato à participação desses itens na composição do CPC; e García (2014) indica efeitos positivos das fusões e aquisições no mercado de ensino superior privado para as notas de doutores e professores em regime de trabalho parcial e integral.

as próprias instituições de ensino acessam o sistema e-MEC¹⁶ e informam as quantidades de doutores, mestres e professores em regime integral e parcial do seu quadro de profissionais. Tal situação pode ensejar certa fragilidade da informação, uma vez que não há como saber, por exemplo, se determinado profissional com título de doutor exerce efetivamente atividade docente ou, apesar de estar vinculado a um curso de graduação, atua em atividades administrativas como supervisão ou coordenação.

Finalmente, optou-se por não avaliar efeitos sobre as notas relativas às demais dimensões consideradas no CPC (organização didático-pedagógica, infraestrutura e instalações físicas, e oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional), porque representam impressões subjetivas dos alunos que respondem a questionários sobre esses temas e há somente informações acerca das notas padronizadas desses quesitos nos anos iniciais da base de dados.

O impacto sobre os indicadores de qualidade será estimado para um grupo selecionado de cursos, considerando número de matrículas, representatividade dos ciclos avaliativos¹⁷ na base e existência de dados suficientes para a estimação conforme a metodologia adotada. Os cursos escolhidos são: direito, administração e ciências contábeis, e o conjunto de cursos participantes da avaliação no ano III do ciclo avaliativo do Sinaes. Esses três cursos estão entre os cinco maiores cursos em número de alunos matriculados, somando 1,92 milhão de estudantes, ou 23,2% do total de alunos matriculados em cursos de graduação em 2017 (Inep, 2018a).

3.4 Variáveis explicativas

As variáveis explicativas utilizadas para a estimação PSM, visando à construção do grupo de controle a ser utilizado na fase seguinte de estimação do impacto, são apresentadas na tabela 1.

As variáveis relativas ao tipo de organização acadêmica, proporção de mestres e doutores no corpo docente e número de alunos participantes no

16. O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil.

17. Os cursos superiores de graduação são avaliados no Enade a cada três anos, levando em conta o Ciclo Avaliativo Trienal, definido pela Portaria Normativa MEC nº 40/2007, vigente até 2017, último período considerado nesta pesquisa. O grupo do ano I inclui: *i*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de ciências agrárias, ciências da saúde e áreas afins; *ii*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de engenharias e arquitetura e urbanismo; e *iii*) cursos superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos naturais, militar e segurança. O grupo de ano II reúne: *i*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de ciências biológicas, ciências exatas e da terra, linguística, letras e artes e áreas afins; *ii*) cursos de licenciatura nas áreas de conhecimento de ciências da saúde, ciências humanas, ciências biológicas, ciências exatas e da terra, linguística, letras e artes; *iii*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento de ciências humanas e ciências da saúde, com cursos avaliados no âmbito das licenciaturas; e *iv*) cursos superiores de tecnologia nas áreas de controle e processos industriais, informação e comunicação, infraestrutura e produção industrial. Já o grupo do ano III é composto de: *i*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento, ciências sociais aplicadas e áreas afins; *ii*) cursos de bacharelado nas áreas de conhecimento, ciências humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas; e *iii*) cursos superiores de tecnologia nas áreas de gestão e negócios, apoio escolar, hospitalidade e lazer, produção cultural e *design* (ABMES, 2018).

Enade correspondem a características próprias da IESP relativas a sua estrutura administrativa e ao seu porte em relação às demais instituições incluídas na base de dados.

As variáveis de população, PIB *per capita* e região buscam captar diferenças dos ambientes nos quais as IESPs estão inseridas. Instituições localizadas em determinada região do país ou em municípios com maior renda podem ser mais atrativas para uma possível aquisição por um dos grandes grupos econômicos do setor.

TABELA 1
Variáveis explicativas utilizadas na estimação PSM

Variável	Descrição	Fonte
CO_ORG_ACAD	Organização acadêmica (universidade, centro universitário, faculdade)	Inep – CPC
CONC_PARTICIP	Número de alunos concluintes participantes do Enade	Inep – CPC
NOTA_BR_MESTRES	Nota bruta de mestres	Inep – CPC
NOTA_BR_DOUTORES	Nota bruta de doutores	Inep – CPC
POPULACAO	População do município onde se localiza a IESP	IBGE
PIB_PCAPITA	PIB <i>per capita</i> municipal	IBGE
REGIAO	Região onde se localiza a IESP	IBGE

Elaboração do autor.

Posteriormente, na estimação DD, as variáveis sobre número de alunos participantes do Enade e sobre as notas dos quesitos mestres e doutores não foram usadas, uma vez que poderiam sofrer efeitos do tratamento. Isto é, após a aquisição da IESP, a nova mantenedora poderia ter investido na contratação de mestres e doutores para o seu corpo docente, visto que isso se reflete na avaliação da instituição e no atendimento de normas regulatórias da educação superior. Também poderia haver uma campanha de atração de novos alunos que impactaria a variável sobre participantes no Enade.

4 PROCEDIMENTOS ECONÔMICOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Obtenção de grupo de controle com o PSM

Os escores de propensão para o pareamento dos dados visando à obtenção do grupo de controle – IESPs não adquiridas pelos grandes grupos econômicos, mas com características semelhantes às do grupo de instituições adquiridas – foram estimados pelo modelo *logit*, utilizando dados de 2007, 2008 e 2009, anteriores ao período de aquisições considerado neste trabalho. Os coeficientes são apresentados na tabela 2.

Após o cálculo dos escores de propensão, realizou-se o pareamento utilizando-se o método *nearest neighbor*,¹⁸ tendo a possibilidade de reposição das IESPs não adquiridas, com os cinco vizinhos mais próximos. Observou-se também o critério de suporte comum, excluindo-se da base pareada as IESPs adquiridas que apresentaram escores de propensão superiores ao máximo ou menores que o valor mínimo verificado no grupo das não adquiridas.

TABELA 2
Logit: fatores determinantes da probabilidade de aquisição

	Coefficiente	Erro-padrão	Valor z	Pr (> z)
(Intercept)	-3,269742441	0,032090147	-101,8924096	0***
CO_ORG_ACAD (Centro Universitário)	-0,78413974	0,374105819	-2,096037273	0,036078885*
CO_ORG_ACAD (Faculdade)	-0,553352574	0,311286155	-1,777633103	0,075464133
CONC_PARTICIP	0,002494224	0,000543948	4,585406248	4,53E-06***
NOTA_BR_MESTRES	-0,174073859	0,366315594	-0,47520188	0,634643087
NOTA_BR_DOUTORES	-3,718212866	0,789423197	-4,710037505	2,48E-06***
POPULACAO	-1,76E-08	2,40E-08	-0,732255221	0,464012805
PIB_PCAPITA	2,18E-05	4,10E-06	5,304536678	1,13E-07**
CO_REGIAO (Norte)	-0,004081965	0,458029649	-0,008912009	0,992889339
CO_REGIAO (Nordeste)	0,594502453	0,309804831	1,91895798	0,054989652
CO_REGIAO (Sudeste)	0,22471281	0,263418828	0,853062829	0,393624463
CO_REGIAO (Sul)	0,373588196	0,284657265	1,312414054	0,189380468

Elaboração do autor.

Obs.: Nível de significância: 0 '***'; 0,001 '**'; 0,01 '*'; 0,05 '.'; 0,1 '.'; 1.

Espera-se que o pareamento promova uma aproximação dos valores das características observadas no grupo de tratamento e no grupo de controle. Para aferir o efeito do pareamento realizou-se um teste de diferenças de médias nos períodos anterior e posterior ao pareamento.

A hipótese nula de um teste de diferença de médias é que os valores das médias comparadas são iguais, enquanto a hipótese alternativa é que as médias testadas são diferentes. Os resultados do teste mostram que o pareamento foi bem-sucedido, uma vez que, dados os valores elevados de *p*-valor após o pareamento, não se pode rejeitar a hipótese nula de que as médias sejam iguais (tabela 3).

Como o objetivo da pesquisa é avaliar os efeitos das aquisições de IESPs por grandes grupos do mercado de educação superior em indicadores de qualidade no nível dos cursos de graduação, o pareamento foi realizado buscando

18. O método do "vizinho mais próximo" é um dos mais usados estimadores de pareamento, no qual se usam "os resultados dos *M* indivíduos no grupo de não tratados que possuem escores de propensão mais próximos ao escore de propensão do indivíduo *i* para estimar qual seria o resultado do indivíduo *i*, caso ele não recebesse tratamento" (Pinto, 2016, p. 137).

identificar IESPs para o grupo de controle nas dimensões de curso, instituição de ensino e município onde o curso é ofertado. Tal grau de detalhamento limita as possibilidades de pareamento, reduzindo o número de indivíduos pareados.

TABELA 3
Testes de diferenças de médias das variáveis explicativas para os períodos anterior e posterior ao pareamento

Variáveis	Período	Média das IESPs adquiridas	Média das demais IESPs	Estatística <i>t</i>	<i>p</i> -valor
CONC_PARTICIP	Antes	120,46	48,64	-4,4194	0
	Depois	71,33	63,51	-0,7972	0,4257
NOTA_BR_MESTRES	Antes	0,71	0,74	4,4143	0
	Depois	0,53	0,54	0,4433	0,6578
NOTA_BR_DOUTORES	Antes	0,23	0,24	0,7659	0,4439
	Depois	0,09	0,10	0,4780	0,6329
POPULACAO	Antes	1237032,12	1710226,48	6,1986	0
	Depois	1635068,03	1563856,40	-0,2556	0,7984
PIB_PCAPITA	Antes	46627,79	80024,87	5,4794	0
	Depois	26252,18	28056,63	1,1778	0,2396

Elaboração do autor.

Três outros fatores contribuíram, também, para a limitação do número de indivíduos pareados. O primeiro é o fato de a participação das instituições de ensino nas avaliações do Enade ser bastante irregular, principalmente nos anos utilizados como base para o pareamento. Isso pode ocorrer, entre outras razões, porque muitos cursos de graduação passaram a ser ofertados após esse período, ou porque a própria instituição foi criada depois desse período. Também há casos em que cursos avaliados nos anos anteriores às aquisições não apresentam registro de avaliação nos anos mais recentes, seja porque a IESP desistiu de ofertar o curso, seja porque a própria instituição encerrou atividades ou enfrenta problemas de credenciamento.

O segundo fator refere-se ao grande número de informações faltantes (*missing values*) nas bases de dados do Inep. Esse problema é mais agudo nas informações referentes aos anos mais antigos, mas, de modo geral, mantém-se presente nos anos recentes, o que prejudica não só o pareamento, mas também a utilização de algumas variáveis nas estimações. O terceiro é o fato de que a cada ano há mudanças no conjunto de cursos que devem participar do processo de avaliação correspondente: por exemplo, o grupo referente ao ano II do ciclo avaliativo tinha 23 cursos em 2008, passando para 26 cursos (2011), 33 cursos (2014) e, em 2017, incluiu 30 cursos. Há nesse período cursos que foram incluídos em um ano e excluídos em anos posteriores.

Dessa forma, a base pareada fornece dados suficientes para a estimação dos efeitos das aquisições para os cursos de graduação de administração, direito e

ciências contábeis entre 2009 e 2015, individualmente, e para o conjunto de cursos avaliados nesses anos (tabela 4).

TABELA 4
Relação de cursos da base de dados pareada

Cursos	Observações
Administração	156
Ciências contábeis	86
<i>Design</i>	16
Direito	100
Psicologia	30
Secretariado executivo	6
Tecnologia em <i>design</i> de moda	2
Tecnologia em gastronomia	2
Tecnologia em gestão de recursos humanos	26
Tecnologia em gestão financeira	10
Tecnologia em <i>marketing</i>	14
Tecnologia em processos gerenciais	10
Turismo	12
Total	470

Elaboração do autor.

Como o último ano de avaliação desses cursos com dados disponíveis é 2015, foram retiradas da base de dados as informações referentes às IESPs adquiridas em 2014, visando preservar um período razoável entre o ano da aquisição da IESP e o ano da avaliação dos efeitos dessa aquisição, em que se pode supor que possíveis resultados da nova gestão podem ser observados. Assim, as fusões e aquisições consideradas na pesquisa abrangem o período de 2010 a 2012 (conforme apêndice).

4.2 Estimação dos efeitos das aquisições sobre indicadores de qualidade da educação superior

Os efeitos médios estimados das aquisições de IESPs por grandes grupos econômicos sobre os indicadores de qualidade do grupo tratado (IESPs adquiridas) resultam da comparação entre as diferenças de médias do grupo tratado e do grupo de controle (IESPs que não participaram de fusões e aquisições) no período pré-tratamento, o ano de 2009, e no período pós-tratamento, o ano de 2015. Portanto, neste caso, tratamento significa uma IESP ter sido adquirida por um dos grandes grupos econômicos de educação superior.

Os seguintes indicadores de qualidade da educação superior (variáveis de interesse) foram considerados: CPC contínuo, nota bruta de formação geral, nota bruta de conhecimentos específicos, nota bruta de doutores e nota bruta

de mestres. Os quatro últimos entram na composição do CPC e a sua avaliação individual pode ajudar a identificar que fator pode ter maior relevância na variação de índice mais abrangente (CPC).

Os efeitos médios das aquisições foram estimados por um modelo de regressão de mínimos quadrados ordinários conforme o modelo a seguir:

$$y = \alpha + \beta_{1(\text{TRATADA})} + \beta_{2(y15)} + \beta_{2(\text{CO_ORG_ACAD})} + \beta_{3(\text{TRATADA} \cdot y15)} + \beta_{4(\text{CO_REGIAO})} + \beta_{5(\text{POPULACAO})} + \beta_{6(\text{PIB_PCAPITA})} + u \quad (2)$$

Em que y corresponde a cada uma das variáveis de interesse, β_1 é o parâmetro que mede o efeito individual da variável *dummy* TRATADA (indicativa do efeito provocado pelo fato de receber o tratamento em relação a não ter recebido o tratamento) e β_2 é o coeficiente da variável *dummy* y15, que indica 2015, quando os efeitos médios do tratamento são avaliados.

O parâmetro do estimador de DD é β_3 , que reflete o efeito médio do tratamento (*dummy* TRATADA) em interação com 2015, ano de avaliação dos efeitos (*dummy* y15); os demais β representam os coeficientes das demais variáveis de controle e u é o termo de erro, que representa fatores não observados que podem afetar a variação de y .

As estimativas de efeitos médios estimados não demonstram um efeito significativo da aquisição das IESPs por grandes grupos econômicos do setor de educação superior sobre os indicadores de qualidade das IESPs adquiridas (tabela 5).

Os resultados para o CPC contínuo indicariam uma tendência de efeito negativo das aquisições, exceto para o curso de administração, cujo coeficiente estimado é positivo. As estimações, contudo, não se mostraram estatisticamente significantes, e por isso não se pode inferir que houve um efeito das aquisições sobre os valores desse indicador.

As estimativas relativas à nota bruta de formação geral apresentam resultados positivos para todos os grupos, exceto ciências contábeis. Contudo, a exemplo do CPC contínuo, os resultados não são estatisticamente significantes. Sendo assim, não se pode afirmar que as aquisições influenciaram efetivamente os resultados dessas notas das IESPs adquiridas, nem que apresentaram uma melhora de resultados em relação ao grupo de controle.

Em relação à nota bruta de conhecimentos específicos, todos os coeficientes estimados são negativos, o que indicaria que o desempenho dos alunos nessa prova seria inferior após a transferência da IESP para o novo dono. Novamente, o fato de esses coeficientes não serem estatisticamente significativos não permite afirmar que esse resultado efetivamente decorre da mudança na gestão da instituição de ensino.

TABELA 5
Efeitos médios das aquisições de IESPs sobre indicadores de qualidade da educação superior

	Estimador DD	Erro-padrão	p-valor
Grupo de cursos do ano III do ciclo avaliativo			
CPC contínuo	-0,025487	0,086877 [0,085288]	0,769374
Nota bruta de formação geral	1,204573	1,175188 [1,182189]	0,305902
Nota bruta de conhecimentos específicos	-1,460207	1,408393 [1,400554]	0,300381
Nota bruta de doutores	0,077125	0,021841 [0,021481]	0,000455***
Nota bruta de mestres	0,053392	0,03607 [0,035298]	0,139495
Curso de administração			
CPC contínuo	0,005924	0,156471 [0,144504]	0,969853
Nota bruta de formação geral	2,302916	1,873391 [1,760332]	0,220973
Nota bruta de conhecimentos específicos	-0,346840	1,185052 [1,136268]	0,770189
Nota bruta de doutores	0,028070	0,041869 [0,039605]	0,503665
Nota bruta de mestres	0,055414	0,067093 [0,064013]	0,410216
Curso de direito			
CPC contínuo	-0,009118	0,171151 [0,161712]	0,957634
Nota bruta de formação geral	0,731302	2,246143 [2,122582]	0,745514
Nota bruta de conhecimentos específicos	-1,986615	1,757865 [1,567419]	0,261493
Nota bruta de doutores	0,144103	0,044790 [0,043067]	0,001812**
Nota bruta de mestres	0,046477	0,072766 [0,069174]	0,524664
Curso de ciências contábeis			
CPC contínuo	-0,049839	0,204725 [0,191816]	0,808354
Nota bruta de formação geral	-0,230397	2,101829 [1,940572]	0,913018
Nota bruta de conhecimentos específicos	-3,209760	1,993606 [1,884268]	0,111768
Nota bruta de doutores	0,121061	0,046474 [0,043990]	0,011156*
Nota bruta de mestres	0,045105	0,077237 [0,071631]	0,561056

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Nível de significância: 0 '***'; 0.001 '***'; 0.01 '**'; 0.05 '.'; 0.1 '.'; 1.

2. Erros-padrão robustos entre colchetes.

3. Escalas das notas dos indicadores de qualidade – CPC contínuo: 0-5; nota bruta de formação geral: 0-100; nota bruta de conhecimentos específicos: 0-100; nota bruta de doutores: 0-1; nota bruta de mestres: 0-1.

Os efeitos médios estimados a respeito da nota bruta de doutores mostram resultados positivos para todos os grupos, sendo estatisticamente significativos para o grupo de cursos do ano III, com aumento de 0,077 ponto (0,1% de nível de significância) para o curso de direito, aumento de 0,144 ponto (1% de nível de significância) para o curso de administração, e, para o curso de ciências contábeis, elevação de 0,121 ponto (5% de nível de significância). Nesses casos, pode-se afirmar que, respeitados os níveis de confiança, as estimativas sugerem que as aquisições efetivamente produziram efeitos positivos sobre esse indicador. O coeficiente estimado para o curso de administração, também positivo, não é estatisticamente significativo.

As estimativas dos efeitos médios sobre a nota bruta de mestres também foram todas positivas. Contudo, nenhuma é estatisticamente significativa. Assim, não se pode afirmar que esses efeitos positivos efetivamente decorrem das aquisições, nem que as IESPs adquiridas tiveram uma elevação maior das suas notas que as IESPs do grupo de controle.

Embora a maioria das estimativas não seja significativa estatisticamente, o que implica dizer que esses resultados não sugerem que tenha havido diferença de desempenho das IESPs adquiridas após a mudança da sua gestão, é possível tecer comentários sobre os resultados no contexto de outras pesquisas acerca do tema com abordagem semelhante a esta – caso dos trabalhos de Garcia (2014), Setter Filho (2014) e Spolavori (2016).

Em relação ao CPC contínuo, Garcia (2014) encontrou efeito positivo e significativo, porém tal efeito seria pequeno. Spolavori (2016) observou coeficientes negativos e não significantes estatisticamente para os cursos de direito e pedagogia, e coeficiente positivo e não significativo para administração, resultados que se alinham com os apresentados na tabela 5.

Em relação à nota bruta de formação geral, tanto Garcia (2014) quanto Spolavori (2016) obtiveram coeficientes positivos e não significantes, resultados semelhantes aos encontrados neste trabalho (exceto o resultado do curso de ciências contábeis, que foi negativo e não significativo). Quanto à nota bruta de conhecimentos específicos, Garcia (2014) encontrou coeficientes negativos e significativos. Da mesma forma, Spolavori (2016) obteve coeficientes negativos para todos os cursos analisados, porém só o de pedagogia foi estatisticamente significativo – os resultados apontam a mesma direção dos obtidos nesta pesquisa.

Em relação às notas de doutores, Garcia (2014) encontra coeficientes positivos e significantes, da mesma forma que Spolavori (2016) para os cursos de administração e pedagogia (o resultado foi negativo e não significativo para direito). Os efeitos estimados nessas duas pesquisas são de magnitude semelhante ao encontrado neste trabalho.

Em relação às notas de mestres, Spolavori (2016) obteve coeficientes positivos para os cursos de administração (significante estatisticamente) e pedagogia (estatisticamente não significante). O resultado obtido para direito foi negativo e significativo, o que contrasta com o resultado encontrado nesta pesquisa.

Em linhas gerais, percebe-se que os resultados alcançados aqui corroboram trabalhos anteriores realizados com grupos diferentes e com distintos períodos de tratamento. Dessa forma, sugerem, em consonância com pesquisas anteriores, que não se pode afirmar com razoável grau de certeza que a mudança de gestão das IESPs adquiridas por grandes grupos econômicos do setor de educação superior proporciona uma melhora nos indicadores de qualidade dessas instituições, exceto para o caso da contratação de doutores e mestres cujos resultados apontam, em geral, um efeito positivo, embora as estatísticas nem sempre sejam significantes.

A melhora nesses indicadores, entretanto, pode não se refletir necessariamente na qualidade do ensino prestado aos estudantes porque bons pesquisadores podem não ser bons professores. Assim, um efeito positivo da incorporação desses profissionais ao corpo docente depende da sua capacidade de ensinar e de que forma se dá sua inserção no processo de ensino da instituição. Por exemplo, o objetivo principal da contratação pode ser melhorar a qualidade do ensino ou, simplesmente, cumprir o percentual mínimo exigido pelas normas regulatórias (casos de centros universitários e universidades).

Uma hipótese levantada por Garcia (2014) e por Spolavori (2016) é que a falta de efeitos estatisticamente significativos poderia ser atribuída ao pouco tempo decorrido entre a mudança de gestão e o período de avaliação dos efeitos das aquisições. Setter Filho (2014, p. 46) encontrou “evidências tênues” que confirmariam tal hipótese, com efeitos positivos sobre o conceito Enade para períodos acima de quatro anos de tratamento. Os resultados aqui obtidos não confirmam essa hipótese: o prazo entre uma aquisição e o período de avaliação considerado varia de três a cinco anos, e, mesmo assim, não foram observados efeitos estatisticamente significantes para as notas que compõem o conceito Enade.

5 CONCLUSÃO

A educação superior no Brasil passou por uma significativa mudança estrutural nas últimas décadas, com o aumento do número de IESPs, posteriormente a transformação de muitas delas em entidades com fins lucrativos, e, finalmente, a formação de grandes grupos econômicos que passaram a dominar o setor. Tais grupos adquiriram dezenas de IESPs em todo o país, tornando-se os maiores captadores de recursos dos programas de financiamento da educação superior, como o Fies e o ProUni.

Analisou-se, neste trabalho, o impacto dessas aquisições sobre os indicadores de qualidade das IESPs adquiridas, especificamente em relação aos cursos de administração, direito e ciências contábeis e ao conjunto de cursos avaliados no ano III do ciclo avaliativos do Sinaes. O objetivo era obter evidências que pudessem comprovar (ou não) a hipótese de que haveria uma melhoria da qualidade do ensino prestado a partir da incorporação das IESPs pelos grandes grupos de ensino. O argumento foi incorporado por essas empresas, por exemplo, em manifestações ao Cade, para justificar a aprovação das aquisições por aquele órgão, que, de resto, é tido como plausível na literatura de organização industrial e nos manuais de avaliação de fusões e aquisições das autoridades de defesa da concorrência.

Os resultados obtidos sugerem que não há efeitos estatisticamente significantes para a maioria dos indicadores pesquisados – à exceção de um efeito positivo para a nota referente ao percentual de doutores no corpo docente das IESPs. Os demais resultados (embora não significantes estatisticamente), em linhas gerais, vão ao encontro dos obtidos em pesquisas anteriores: como coeficientes positivos para as notas referentes à proporção de mestres no corpo docente das IESPs; coeficientes positivos para as notas da prova de formação geral; e coeficientes negativos para as notas da prova de conhecimentos específicos, ambos (formação geral e conhecimentos específicos) componentes do Enade. Nessas pesquisas, contudo, também há uma grande quantidade de resultados não significantes estatisticamente.

Assim, não se pode afirmar com razoável grau de certeza que os grandes grupos econômicos de educação superior conseguem melhorar a qualidade do ensino oferecida aos alunos das instituições de ensino por eles adquiridas, ou mesmo que a aquisição das IESPs por esses grupos provoque algum efeito estatisticamente significativo, mesmo que negativo, sobre a maioria dos indicadores de qualidade avaliados, especialmente aqueles que aferem de forma direta o desempenho dos alunos na prova do Enade. Portanto, o argumento do incremento da qualidade deve ser encarado com um razoável grau de cautela.

Deve-se ressaltar que este trabalho apresenta uma avaliação parcial, restrita a um pequeno número de cursos. Por isso, novas pesquisas com maior abrangência de cursos e maior tempo decorrido entre as aquisições e os períodos de avaliações serão úteis para uma consolidação das análises sobre o tema. Pesquisas qualitativas que investiguem a percepção dos estudantes e dos profissionais da educação acerca das mudanças, bem como os mecanismos pelos quais investimentos na contratação de doutores e mestres e na infraestrutura das instituições se refletem ou não nos desempenhos dos estudantes também podem ajudar a compreender melhor as consequências da incorporação das IESPs pelos grandes grupos econômicos.

REFERÊNCIAS

ABMES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Republicada-Port-Normativa-840-2018-08-24.pdf>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

_____. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC; Sase, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. Ministério da Fazenda. **As alterações propostas no FIES**. MP nº 785/2017. Brasília: Ministério da Fazenda, out. 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-contudos/publicacoes/boletim-de-avaliacao-de-politicas-publicas/arquivos/2017/as-alteracoes-propostas-no-fies-outubro-2017>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BURLAMAQUI, M. G. B. Avaliação e qualidade na educação superior: tendências na literatura e algumas implicações para o sistema de avaliação brasileiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, p. 133-154, jan.-abr. 2008.

CADE – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. **Ato de Concentração nº 08700.005447/2013-12**. vol. 1 (público). Requerentes: Kroton Educacional S.A e Anhanguera Educacional Participações S.A. Relatora: Ana de Oliveira Frazão. 2014.

_____. **Cadernos do Cade**: atos de concentração no mercado de prestação de serviços do ensino superior. Brasília: Cade, 2016a. 65 p. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/caderno-de-educacao-20-05-2016.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **Guia para análise de atos de concentração horizontal**. Brasília: Cade, 2016b. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-para-analise-de-atos-de-concentracao-horizontal.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. **Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56**. Requerentes: Kroton Educacional S.A e Estácio Participações S.A. Relatora: Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. 2017.

CAMARGO, W. Empregabilidade e ensino superior. **Gazeta do Povo**, 5 fev. 2010. Disponível em: <<https://blog.abmes.org.br/?p=2113>>. Acesso em: 29 out. 2017.

CARVALHO, C. H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 761-776, set. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

_____. Capital concentration and financialization in Brazilian private higher education. **Academia**, n. 10, Oct. 2017. Disponível em: <<http://academia.lis.upatras.gr/index.php/academia/article/view/2835>>. Acesso em: 2 set. 2018.

CORBUCCI, P. R.; KUBOTA, L. C.; MEIRA, A. P. B. **Reconfiguração estrutural da educação superior privada no Brasil**: nova fase da mercantilização do ensino. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2256). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2256.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

FOGUEL, M. N. Diferenças em diferenças. *In*: MENEZES FILHO, N. A. (Org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

GAMBIRAGE, C. *et al.* Economic performance of private higher education institutions in distance education through mergers and acquisitions. **Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios**, v. 10, n. 1, p. 252-284, 2017.

GARCIA, C. P. **Efeito rede em fusões no ensino superior**. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.

GERTLER, P. J. *et al.* **Avaliação de impacto na prática**. 2. ed. Washington: BID; Banco Mundial, 2018.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2017**: divulgação dos principais resultados. Brasília: Inep, 2018a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>>. Acesso em: 20 maio 2019.

_____. **Censo da educação superior**: notas estatísticas 2017. Brasília: Inep, 2018b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

KOIKE, B. Receita menor com Fies afeta setor privado. **Valor Econômico**, 14 maio 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/empresas/5521747/receita-menor-com-fies-afeta-setor-privado>>. Acesso em: 1º out. 2018.

MOTIS, J. **Mergers and acquisitions motives**. Crete, Greece: Crete University Press, 2007. (Working Paper, n. 0730). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/crt/wpaper/0730.html>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PEIXOTO, M. do C. de L. Avaliação institucional externa no Sinaes: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000100002&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 1º nov. 2017.

PIMENTA, F. de C. R. Os instrumentos de avaliação de cursos do Sinaes como subsídio para a gestão acadêmica e promoção da qualidade. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba, Paraná. **Anais...** Curitiba: Editora PUCPR, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8988_5934.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

PINTO, C. C. X. Pareamento. *In*: MENEZES FILHO, N. A. (Org.). **Avaliação econômica de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2016.

PITOL, P. **A ascensão da classe ‘C’ e os investimentos de *private equity* no Brasil**: evidências da relação em negócios no setor da educação superior. 2012. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2012.

QUEIROZ, F. C. B. P. *et al.* Transformações no ensino superior brasileiro: análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de Estado. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 21, n. 79, p. 349-370, jun. 2013.

RACHID, L. Cai o número de docentes horistas nas instituições de ensino superior. **Revista Ensino Superior**, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://revistaensinosuperior.com.br/cai-numero-de-docentes-horistas/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

REYNOLDS, P. A. Is an external examiner system an adequate guarantee of academic standards? *In*: LODER, C. P. J. (Ed.). **Quality assurance and accountability in higher education**. London: Kogan Page, 1990.

RIBEIRO, E. P. Merger employment effects in private higher education. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2016. p. 1-20.

RIBEIRO, J. L. L. de S. Sinaes: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 20, n. 1, p. 143-161, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00143.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

RÖLLER, L.-H.; STANNEK, J.; VERBOVEN, F. **Efficiency gains from mergers**. Stockholm: RIIIE, 2000. (Working Paper, n. 543). Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:hhs:iuiwop:0543>>. Acesso em: 3 maio 2019.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidade e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, p. 28-43, 14 out. 2011.

SCHWARTZMAN, J.; SCHWARTZMAN, S. **O ensino superior privado como setor econômico**. Brasília: BNDES, 2002.

SETTER FILHO, J. G. **Aquisições horizontais e efeito no desempenho das empresas adquiridas**: o caso das instituições de ensino superior privadas no Brasil. 2014. 71 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2014.

SILVA, A. M. da; SAUAIA, A. C. A. Evasão e qualidade em instituições de ensino superior privadas: uma análise da economia dos custos de transação. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, p. 805-830, dez. 2014. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/5>>. Acesso em: 30 set. 2018.

SPOLAVORI, R. **Concentração do mercado de educação superior no Brasil**: uma análise do efeito das fusões e aquisições sobre o desempenho acadêmico. 2016. 70 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

TAM, M. Measuring quality and performance in higher education. **Quality in Higher Education**, v. 7, n. 1, p. 47-54, 2001.

VERHINE, R. E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do Sinaes. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 20, n. 3, p. 603-619, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772015000300003>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. 2. ed. Cambridge, United States: MIT Press, 2010.

APÊNDICE

FUSÕES E AQUISIÇÕES NO MERCADO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

QUADRO A.1

Instituições de ensino superior privadas (IESPs) adquiridas por grandes grupos de educação superior (2010-2012)

	Código da IESP	Nome da IESP	Tipo de organização acadêmica	Grupo adquirente	Município/Unidade da Federação (UF)
2010	515	Centro Universitário Plínio Leite	Centro Universitário	Anhanguera	Niterói/Rio de Janeiro
2010	1767	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	Faculdade	Kroton	Tangará da Serra/Mato Grosso
2010	2005	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop	Faculdade	Kroton	Sinop/Mato Grosso
2010	2773	Faculdade de Macapá	Faculdade	Kroton	Macapá/Amapá
2010	2791	Faculdade de Ciências Agrárias e Exatas de Primavera do Leste	Faculdade	Kroton	Primavera do Leste/Mato Grosso
2010	2944	Faculdade do Sul	Faculdade	Kroton	Itabuna/Bahia
2010	2973	Faculdade de Ciências Humanas e Biológicas e da Saúde	Faculdade	Kroton	Primavera do Leste/Mato Grosso
2010	3034	Faculdade Delta	Faculdade	Kroton	Salvador/Bahia
2011	215	Universidade do Grande ABC	Universidade	Anhanguera	Santo André/São Paulo
2011	298	Universidade do Norte do Paraná	Universidade	Kroton	Londrina/Paraná
2011	457	Universidade Bandeirante de São Paulo	Universidade	Anhanguera	São Paulo/São Paulo
2011	1208	Faculdade de Natal	Faculdade	Estácio	Natal/Rio Grande do Norte
2011	1258	Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel	Faculdade	Anhanguera	Cascavel/Paraná
2011	1312	Faculdades Integradas de Rondonópolis	Faculdade	Kroton	Rondonópolis/Mato Grosso
2011	1452	Faculdade Atenas Maranhense	Faculdade	Kroton	São Luís/Maranhão
2011	1478	Faculdade Anchieta	Faculdade	Anhanguera	São Bernardo do Campo/São Paulo
2011	1587	Faculdades Integradas de Tangará da Serra	Faculdade	Kroton	Tangará da Serra/Mato Grosso
2011	1702	Faculdade Atual da Amazônia	Faculdade	Estácio	Boa Vista/Roraima
2011	1774	Faculdade Educacional de Ponta Grossa	Faculdade	Kroton	Ponta Grossa/Paraná
2011	1776	Faculdade de Tecnologia Professor Luiz Rosa	Faculdade	Anhanguera	Jundiaí/São Paulo
2011	1945	Faculdade de Sorriso	Faculdade	Kroton	Sorriso/Mato Grosso
2011	2037	Faculdade Unime de Ciências Exatas e Tecnológicas	Faculdade	Kroton	Lauro de Freitas/Bahia
2011	2324	Faculdade União Bandeirante	Faculdade	Anhanguera	São José/Santa Catarina
2011	3603	Faculdades Integradas Torricelli	Faculdade	Anhanguera	Guarulhos/São Paulo
2011	4566	Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte	Faculdade	Estácio	Natal/Rio Grande do Norte
2011	5216	Faculdade Uirapuru	Faculdade	Anhanguera	Sorocaba/São Paulo

(Continua)

(Continuação)

	Código da IESP	Nome da IESP	Tipo de organização acadêmica	Grupo adquirente	Município/Unidade da Federação (UF)
2012	1175	Faculdades Riograndenses	Faculdade	Estácio	Porto Alegre/Rio Grande do Sul
2012	1233	Centro Universitário Cândido Rondon	Centro Universitário	Kroton	Cuiabá/Mato Grosso
2012	1442	Faculdade de Direito de Tangará da Serra	Faculdade	Kroton	Tangará da Serra/Mato Grosso
2012	1472	Centro Universitário Leonardo da Vinci	Centro Universitário	Kroton	Indaial/Santa Catarina
2012	1552	Faculdade Piauiense	Faculdade	Ser Educacional	Parnaíba/Piauí
2012	1590	Faculdade Estácio de São Luís	Faculdade	Estácio	São Luís/Maranhão
2012	1591	Faculdade Seama	Faculdade	Estácio	Macapá/Amapá
2012	1668	Faculdade de Negócios de Belo Horizonte	Faculdade	Anhanguera	Belo Horizonte/Minas Gerais
2012	1683	Faculdade Piauiense	Faculdade	Ser Educacional	Teresina/Piauí
2012	1777	Faculdade Metropolitana de Guaramirim	Faculdade	Kroton	Guaramirim/Santa Catarina
2012	1847	Faculdade Atenas Maranhense de Imperatriz	Faculdade	Kroton	Imperatriz/Maranhão
2012	2175	Faculdade Metropolitana de Blumenau	Faculdade	Kroton	Blumenau/Santa Catarina
2012	2319	Escola Superior de Educação Corporativa	Faculdade	Anhanguera	São José/Santa Catarina
2012	2330	Faculdade Cândido Rondon	Faculdade	Kroton	Cuiabá/Mato Grosso
2012	2755	Faculdade do Vale do Itajaí Mirim	Faculdade	Kroton	Brusque/Santa Catarina
2012	2775	Faculdades Integradas Desembargador Sávio Brandão	Faculdade	Kroton	Várzea Grande/Mato Grosso
2012	3838	Faculdade de Tecnologia Uniuol	Faculdade	Estácio	João Pessoa/Paraíba
2012	3990	Faculdade de Tecnologia Anchieta	Faculdade	Anhanguera	São Bernardo do Campo/São Paulo
2012	4157	Faculdade Metropolitana de Rio do Sul	Faculdade	Kroton	Rio do Sul/Santa Catarina
2012	5290	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Brasília	Faculdade	Anhanguera	Brasília/Distrito Federal

Elaboração do autor.